

# DA ALDEIA RURAL À ALDEIA GLOBAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O AVANÇO DA COMUNICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA<sup>1</sup>

José Sidnei Gonçalves<sup>2</sup>  
Carlos Djalma Gonçalves<sup>3</sup>

## RESUMO

O ensaio discute a relação entre o desenvolvimento capitalista e o progresso da comunicação, indo da aldeia rural típica do feudalismo à aldeia global construída pela sociedade de massa. Nesse processo, o homem, num movimento contraditório, vai da vida comunitária para o individualismo, ou seja, sendo agora cidadão do mundo o homem está cada vez mais voltado para si próprio em detrimento do coletivo. A 3ª Revolução Industrial reconduz o homem coletivo ao centro do processo de trabalho calcado na cooperação. A comunicação, sem perder a universalidade inexorável, deve adequar-se a essa nova realidade.

**Palavras-chave:** comunicação de massa, mercadoria, capitalismo, sociedade de massa.

## FROM RURAL VILLAGE TO GLOBAL VILLAGE: A REFLECTION ON COMMUNICATION ADVANCEMENT AND CAPITALIST DEVELOPMENT

### SUMMARY

This essay discusses the relation between the capitalist development and the communication progress beginning from the typical rural village of feudalism through to the global village constructed by the mass society. In this process, the man, in a contradictory movement, goes from a communitary life to individualism that is, by now being a world citizen he is more and more focused on himself than on the collective. The third industrial revolution leads the collective man back to the centre of the work process based on cooperation. The communication, without losing the inexorable universality, must adapt to this new reality.

**Key-words:** mass communication, goods, capitalism, mass society.

### 1 - INTRODUÇÃO

O capitalismo foi definido por Karl Marx como modo de produção de mercadorias. Assim, tem-se na universalização da mercadoria o elemento central do movimento da sociedade no avanço do processo de acumulação de capital. A análise do capitalismo, centrada na mercadoria, traz à superfície elementos fundamentais para o entendimento da his-

tória da constituição da sociedade moderna (MARX, 1983).

Poder-se-ia destacar as mudanças operadas na ciência dos pensadores pré-capitalistas imbuídos da busca de explicações para fenômenos sociais e naturais. Livres como a natureza, estes cientistas tinham nela um elemento infinito para suas divagações filosóficas. O capitalismo apropriou-se da ciência, transformando-a em instrumento da produção.

---

<sup>1</sup>Este trabalho é parte integrante do projeto SPTC 16-030/89. Recebido em 21/12/94. Liberado para publicação em 23/03/95.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Bacharel em Comunicação Social, Autônomo.

Assim, conduziu o cientista aos limites das paredes dos laboratórios, direcionou seus olhos para o processo de produção ao qual deverá agora aprimorar a produtividade do trabalho e, até mesmo, condicionou os métodos analíticos à lógica da acumulação de capital (WEBER, 1970). Daí a perfeita conexão dialética entre revolução técnico-científica e desenvolvimento capitalista.

A universalização da mercadoria não foi produzida somente com a revolução técnico-científica, que, transformando o processo de produção, mudou radicalmente as relações de produção (SANTOS, 1987). Outras transformações, também fundamentais, são elementos constitutivos do escopo dessas mudanças, nas quais o consumidor autônomo evoluiu para se tornar um membro indiferenciado da sociedade de consumo; e o artesão, produtor individual pleno, submergiu na produção socializada do processo produtivo em série. Essa universalização não se daria sem que o conhecimento comunitário, isolado da aldeia rural, transmutasse para o conhecimento universal da aldeia global.

O presente trabalho pretende analisar em que sentido esse processo de universalização do conhecimento, resultado da universalização da mercadoria, exigiu uma revolução nas formas e nos meios de comunicação. Assim, por hipótese, a comunicação revolucionou de tal maneira a transmissão e os objetivos da difusão do conhecimento que só pode ser entendida no devir histórico que constituiu a moderna sociedade capitalista. A comunicação moderna é, portanto, um elemento intrínseco ao desenvolvimento capitalista, de tal forma que não pode ser compreendida fora desse universo analítico, bem como é crucial para a própria compreensão do mesmo.

## **2 - A SOCIEDADE FEUDAL: COMUNICAÇÃO E ISOLAMENTO DA ALDEIA RURAL**

A Europa, a partir da dissolução do Império Romano, passou por um período sem que houvesse a formação de um grande império territorial. As invasões dos povos bárbaros não tiveram como objetivo a conquista territorial, mas os saques às cidades mais ricas. Por outro lado, como pertenciam a tribos diferentes e na maioria das vezes rivais, propiciaram

o fortalecimento do poder local em relação ao central. As grandes cidades foram perdendo espaço com o crescimento do aldeamento e da vida campestre. A população urbana, do século XII ao XV, representava em torno de 10% do total de habitantes. O núcleo da sociedade deslocara-se para as comunidades aldeãs imersas no latifúndio feudal. Esse latifúndio possuía uma organização sólida, com características essenciais semelhantes em todas as regiões. O centro era a residência senhorial, seja ela a igreja, a catedral, a abadia ou a fortaleza. Desse núcleo de poder dependiam as várias aldeias (PIRENNE, 1973).

A vida do servo feudal não pode ser compreendida independentemente das aldeias, sem as quais as pequenas explorações agrícolas camponesas não teriam o complemento indispensável das terras comuns. As próprias exigências coletivas levavam ao uso comum de meios de produção e uniam os camponeses em uma vida grupal, cuja força superava amplamente as condições individuais. A solidariedade familiar era reforçada pelos rituais, costumes e juramentos (PARAIN, 1975). O homem feudal era, enquanto servo, um homem essencialmente comunitário.

As aldeias eram praticamente isoladas do século IX em diante. A condição das estradas era extremamente precária, o que dificultava sobremaneira a movimentação de um lado para o outro. O servo feudal era impedido de locomover-se de feudo para feudo, ficando praticamente circunscrito à sua gleba e aos domínios da aldeia à qual pertencia. O senhor feudal, mediante a exploração fiscal, tolhia o caminho dos mercadores, reduzindo, assim, o contato do servo com o mundo exterior. A tônica do feudalismo eram os caminhos de trânsito lento e difícil, de circulação quase impossível no inverno, e os meios de transporte precários, como carros leves de duas rodas e lombos de animais (PIRENNE, 1973).

Não é sem razão que WEBER (1968) argumenta que cada aldeia feudal era economicamente independente, não tendo, a princípio, a necessidade de manter intercâmbio com as que lhe eram vizinhas, e, por conseguinte, prescindindo dos caminhos de comunicação. Desse modo, o homem servil feudal, praticando uma vida comunitária nas aldeias, viveu séculos de pleno alheamento em relação ao resto do mundo. O homem servil feudal caracterizava-se ainda

pela ausência de liberdade individual. Com poucas exceções, não havia mobilidade de classe, nem sequer geográfica, de maneira que ele permanecia onde nascia. Como membro de sua comunidade, não podia sequer divulgar quaisquer segredos técnicos da produção que não fosse a uma pessoa do seu meio. O seu universo era, portanto, limitado e de fácil compreensão, vinculando o indivíduo ao mundo por elementos primários. O homem servil feudal olhava o membro de outras comunidades, mesmo que semelhantes a sua, como um ser estranho (FROMM, 1981).

O indivíduo comunicava-se, portanto, somente com os seus iguais, no interior de sua própria comunidade. Dado o isolamento que a caracterizava, a aldeia feudal tendia reproduzir-se no tempo tal qual seu modelo original, dando a impressão de uma reprodução natural deificada. O homem, seu vizinho, o senhor e Deus, esses eram os interlocutores de uma superestrutura destinada a perpetuar essa condição social. O mundo era limitado pelo horizonte das aldeias e o conhecimento atingia seu ápice nas histórias e tradições familiares.

Os homens, ao não se moverem em círculos mais amplos, nem se organizarem em categorias ampliadas, estavam submetidos a uma economia sem comunicações. Não havia moeda, nem meios de comunicação. A inexistência das cidades e do mercado obrigava o indivíduo a tornar-se independente do mundo exterior. A mais peculiar característica da economia feudal, o aspecto que influenciava profundamente a cultura intelectual da época, era a falta de estímulo para o aumento da produção. Assim, perpetuava-se o uso dos métodos tradicionais, e o velho ritmo da produção era fator inibidor das inovações técnicas e do aperfeiçoamento orgânico. A idéia de progresso era desconhecida, não se compreendendo o que era o novo; ao contrário, lutava-se pelo velho e pelo tradicional (HAUSER, 1982).

A aldeia rural isolada era, portanto, um centro de produção e de vida comunitária, onde a lentidão do progresso era a característica fundamental. Praticamente não se falava com o mundo ao redor e não se transacionava produtos. Como o valor de troca era inexistente, mesmo tendo valores de uso, os produtos não se traduziam em mercadoria. Da mesma maneira, como a transmissão das idéias por qualquer forma de comunicação se restringia à aldeia e seus

membros, não existia a universalização do saber e, portanto, um movimento dinâmico de ampliação do horizonte intelectual. Sem mercadoria também as idéias novas tinham alcance muito curto.

### **3 - A CONSTITUIÇÃO DO CAPITALISMO: ALARGAMENTO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS E DAS FRONTEIRAS DA COMUNI- CAÇÃO**

A crise e a superação do feudalismo representam uma clara ruptura com o localismo dos domínios senhoriais. Apesar dos espaços vazios, as terras agricultáveis estavam superpovoadas e o movimento de inovações na base técnica acirrava esse excesso populacional. No século XI, tem início o soerguimento do comércio, as cidades dinamizam-se e as revoluções comunais são desencadeadas. As cruzadas abrem horizontes para a expansão exterior e surgem, nesse período, as fortunas mobiliárias paralelamente às agrárias. O campesinato empobrece, e os senhores, por meio do aumento da exploração, pioram a condição de sobrevivência do servo. Nos séculos XIV e XV, aflora a crise geral do sistema feudal que não mais comporta o desenvolvimento das forças produtivas (PARAIN, 1975).

A questão do rompimento com o localismo assume forma crucial, haja vista que os direitos senhoriais sobre o solo, que se haviam tornado um mero direito fiscal que limitava o trânsito, ao atravancarem o comércio, se constituem nas primeiras reivindicações das cidades nascentes (PIRENNE, 1973). O passo no sentido de alavancar o comércio deu-se com a constituição dos estados nacionais, que unificou os espaços territoriais e centralizou as ações governamentais, ampliando a abrangência da movimentação das mercadorias a qual rompeu não só com os limites regionais como também com os limites das cidades. Não é sem razão que POLANYI (1980) propugna o mercado nacional como obra criada pelo Estado Nacional. Ao se ampliarem geograficamente os limites regionais, também são alargados os horizontes da comunicação.

A mudança se traduz numa profunda reformulação da estrutura de classes na sociedade. O senhor aristocrata e o servo camponês transmudam-se

em burgueses e proletários. No começo da mudança, uma nova classe assumia lugar na história: os navegadores comerciantes, que produziram uma revolução na personalidade humana. Os latifundiários da aristocracia, coveiros da coletividade tribal, tinham suas personalidades baseadas na guerra, na aventura e no heroísmo, no apego ao patrimônio e à tradição. Já o navegador comerciante, acostumado à vida arriscada, de inconstância e mutabilidade do mar, tinha a rotina de luta que tanto podia conduzi-lo ao porto como ao naufrágio. Não estava preso à rotina conservadora de exploração da terra, como o latifundiário, para quem a terra era a extensão de sua própria pessoa. O comerciante e a mercadoria estavam alienados, um em relação ao outro (FISHER, 1983).

A preponderância dos comerciantes e o avanço do comércio produziram a generalização da produção local para o mercado. Surgem o artesanato e a manufatura, e as antigas oficinas servis transformam-se em oficinas urbanas nas cidades dos homens livres, independentes do poder senhorial. As forças produtivas irrompem-se no universo econômico com as inovações técnicas. Já no século XV, o número de inventos foi grande. A artilharia exigiu produção de metal, o que levou à construção do primeiro auto-forno. A utilização da metalurgia foi ampliada para produzir outros equipamentos de uso geral. Esse movimento fez VILAR (1975) dizer que "a difusão do pensamento humano com a invenção da imprensa, o progresso da ciência da navegação, desempenharão um papel não menos importante. Observamos que, pela primeira vez, as técnicas industriais e as técnicas de comunicação ultrapassam a técnica agrícola. É o começo de um processo que colocará a indústria no primeiro plano do progresso".

A ciência e a comunicação desabrocham para atender aos novos tempos. No início do século XVI, os cientistas convergiam à ciência e à religião. Tanto assim que o matemático escocês NAPIER inventou os logaritmos para acelerar seus cálculos a respeito da besta do apocalipse. O descolamento com essa visão teocrática seria a base da revolução das idéias do século XVII. O Renascimento é a repentina expansão da nova civilização, vivendo num clima excitante pela descoberta de mundo após mundo, responsável pelo aumento progressivo da sensibilidade e esplendor. Surge a corte renascentista, de prínci-

pes cultos, apaixonados e versáteis. A expansão econômica criava uma burocracia profissional, os patronos das artes e das letras, os construtores de palácios e faculdades, os colecionadores de estátuas, livros e encadernações. As novas faculdades não produziam novas técnicas, mas formavam novos burocratas (TREVOR-ROPER, 1975).

A crise do feudalismo fez o Mediterrâneo perder sua influência econômica, política e cultural, transformando-se num mar estagnado, ao passo que a Inglaterra estava em pleno avanço. Surgem os novos regimes burgueses absolutistas que apoiavam a navegação visando obter lucros por meio do maior volume e rapidez no comércio de mercadorias (HOB-SBAWN, 1975). A circunavegação da África, o descobrimento de novas rotas para as Índias, em face da tomada turca de Constantinopla, e o descobrimento da América elevam o nível científico e ampliam a concepção do mundo. Expande-se enormemente o capital mercantil com o mercado mundial protegido pelos grandes estados absolutistas, o que produziria grandes implicações no sistema produtivo (VILAR, 1975).

O Estado Nacional e a convergência de interesses entre a realeza e a burguesia constituíram as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, mas foram insuficientes. Era preciso ainda romper com as formas anteriores de produção e de organização da vida econômica e do próprio Estado. A Inglaterra seria o palco onde essas pré-condições se manifestariam na plenitude, constituindo as forças produtivas especificamente capitalistas. O *putting-out* e a manufatura, como precursores da produção industrial, ampliam o volume de mercadorias. A produção têxtil inglesa, por intermédio do comércio, avança para o mundo, dando maior amplitude à universalização da mercadoria. Contudo, tinha-se ainda uma produção de homens práticos, uma vez que a manufatura representava tão-somente a organização, pelo capitalista, numa unidade fabril do trabalho dos antigos artesãos. O capital ainda era sujeito aos desígnios do trabalho (OLIVEIRA, 1985).

As transformações econômicas e políticas ocorrem em pleno estado de fermentação da sociedade, onde os limites sociais são fluidos e mutantes. Os livres e não livres tiveram o elo entre eles estreitado; alguns servos tornaram-se donos da terra (campone-

ses), outros, assalariados (trabalhadores livres). A nova forma de pagamento em dinheiro traz consigo novas e tão sonhadas liberdades. Os efeitos culturais de todas essas condições são incalculáveis. A produção artística está nas mãos de artistas e artesãos burgueses e a burguesia exerce profunda mudança nas artes. O comércio internacional revoluciona o mercado de obras de artes, rompendo com o fato de que essas mercadorias, até então, eram presentes ocasionais, feitos sob encomenda a artesãos particulares. O intercâmbio entre os povos revolucionou a educação e as tradições, que, assim, saíram dos limites dos clérigos, transmutando também a gramática e as línguas e promovendo a secularização da cultura (HAUSER, 1982).

Dá-se início ao que WEBER (1968) denominaria como sendo a condição prévia para a existência do capitalismo moderno, ou seja, "a contabilidade racional do capital como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas". O capitalismo inglês formase decisivamente no século XVIII, após todo o século XVII ter sido atravessado pela crítica cultural europeia, que representava a busca da supremacia dos novos valores sobre os princípios da autoridade e da tradição absolutista, forjando assim a até então inexistente consciência burguesa. Na França, tentou-se subjugar a empresa ao quadro de valores aristocráticos. Já na Inglaterra, as medidas econômicas e a orientação intelectual caminham para a racionalização capitalista, desenvolvendo-se, ao contrário, valores tipicamente burgueses (LIMA, 1990). O crescente individualismo das classes sociais afetava todas as esferas da atividade humana, correspondendo a um avanço da superestrutura que, como coloca BENJAMIN (1990), evolui mais lentamente que a infraestrutura. Foi preciso mais de meio século para que a modificação ocorrida nas condições de produção se fizesse sentir em todos os domínios da cultura.

O Renascimento havia sido a cultura de uma rica e poderosa classe superior, fustigada pela tempestade de novas forças econômicas. Não foi uma cultura de modestos negociantes, mas de nobres e poderosos burgueses, cuja atividade econômica e riqueza davam-lhes a sensação de liberdade e individualidade. A Reforma romperia com isso ao marcar o despontar do individualismo moderno e a emergência

do homem, de uma existência pré-individualista para outra em que tem plena consciência de si mesmo como entidade independente. A diferença entre as duas culturas é que o Renascimento representou uma sociedade em que um pequeno grupo de indivíduos abastados e poderosos mandava e formava a base social para filósofos e artistas, que exprimiam o espírito dessa cultura. Por sua vez, a Reforma foi essencialmente uma religião das classes média e inferior urbana e dos camponeses (FROMM, 1981).

As transformações da sociedade avançariam mais rapidamente com a Revolução Industrial, ou seja, a revolução do carvão e do ferro que implicou na expansão gradual do uso de máquinas, no emprego de homens, mulheres e crianças em fábricas e na transformação bastante nítida de trabalhadores agrícolas em operários fabris, encarregados de produzir mercadorias para a distribuição (BARRACLOUGH, 1983). As grandes mudanças em nível de produção alargaram o universo das mercadorias, as quais suplantaram os limites da aldeia rural feudal, estabelecendo-se nas cidades e, num primeiro movimento de expansão, ocupando o mercado nacional. Também no seu ganhar de asas, romperam-se para o mundo, organizando o mercado mundial que, sob o domínio da Inglaterra, era calcado na poderosa indústria têxtil. A produção em massa avançara, mas, entretanto, ainda não se podia dizer que existisse uma cultura de massa, pois a tecnologia dos homens práticos e os processos de acesso à cultura mantinham-se escolarizados e praticamente restritos à aprendizagem verbal (LIMA, 1990).

#### **4 - CAPITALISMO MONOPOLISTA: SOCIEDADE DE MASSA, PRODUÇÃO DE MASSA E CONSUMO DE MASSA NA ALDEIA GLOBAL**

A civilização do século XIX representou um fenômeno sem precedentes na história da humanidade, ou seja, cem anos de paz (1815-1914). O pacifismo não foi resultado da ausência de conflitos, mas de um compromisso tácito das grandes potências. A busca por extensão de território foi substituída pela busca de mercados, pois o comércio se unira definitivamente à paz, em função da exigência de um siste-

ma monetário internacional que não poderia funcionar numa guerra generalizada. Nenhuma economia existiu até essa época que fosse controlada pelo mercado, embora na concepção smithiana a propensão humana à troca seria uma característica da sociedade primitiva. No entanto, o postulado de que tudo é passível de compra e venda passou a ser um postulado vital da sociedade, afetando todas as suas instituições, das formas mais variadas. A ficção da mercadoria tornou-se o princípio organizador da sociedade (POLANYI, 1980).

Assim, o capitalismo do século XIX foi verdadeiramente um capitalismo privado. Os indivíduos viam e aproveitavam novas oportunidades, buscavam novos métodos, compravam, consumiam e usufruíam dos bens. O prazer da propriedade independente, da produção e da busca de lucros é um dos aspectos fundamentais do caráter das classes médias e altas do século XIX. O caráter social desse período era a sociedade essencialmente hierarquizada, embora já não mais calcada no padrão feudal do direito divino e da tradição, mas na posse do capital. Quem o possuía podia comprar e controlar o trabalho de quem não o possuía, e este tinha de obedecer sob pena de morrer de fome. Em resumo, o caráter social do século XIX foi essencialmente competitivo, acumulativo, aristocrático e individualista (FROMM, 1983).

Ao contrário da Primeira Revolução do século XVIII, a Segunda Revolução Industrial foi profundamente científica e menos dependente das invenções de homens "práticos", cujo treino científico básico era escasso. Foi também mais rápida em seus impactos, muito mais prodigiosa em seus resultados, bastante mais revolucionária em seus efeitos sobre a vida e a perspectiva das pessoas e, finalmente, embora o carvão e o ferro ainda fossem a base da produção, foi a revolução do aço, da eletricidade e dos produtos químicos (BARRACLOUGH, 1983).

A evolução das técnicas de comunicação e de seus elementos instrumentais foi fantástica. Da xilogravura, da gravura em metal e da água forte no início do século XIX, a litografia traria progresso decisivo à arte gráfica, às reproduções em série e à produção de novas obras. Logo a seguir veio a fotografia que, como a litografia, abriu caminho para o jornal ilustrado; na fotografia está o germe do filme falado (BENJAMIN, 1990). A arte formula teórica-

mente a justificação da racionalização dos negócios. O jornal e os livros não são mais simples meios de expressão, mas de disseminação de idéias.

No século XIX, tem-se a economia de mercado como totalidade. Um grande volume de mercadorias democratiza o consumo. Contudo, ainda não existia uma cultura de massa. Os jornais, os almanaques, a fotografia são ainda incipientes, e a comunicação à distância se desenvolve com a ferrovia e o primeiro cabo submarino continental (1857). Desagregava-se a cultura folclórica do operariado que se afastava sem que tivesse acesso a um novo universo cultural. Esse segmento seria aliciado à cultura de massa. A propósito, diz LIMA (1990): "Não bastou a arrancada do sistema capitalista, o incremento da velocidade da comunicação, o aparecimento dos primeiros meios de reprodução técnica e o baixo preço para que se desse a cultura de massa... Inexiste a integração inconsciente de suas mensagens numa modalidade de cultura".

A revelação do novo padrão industrial iria provocar uma mudança radical na sociedade, no consumo, na arte, na cultura e na comunicação. Nos Estados Unidos, surge a grande empresa, organizada na sociedade por ações e baseada na utilização da mercadoria, com grandes plantas industriais e elevada composição orgânica do capital financeiro e industrial no seu processo de expansão. A tecnologia da maquinaria pesada cria a economia de altos salários (HOBSON, 1983). A melhoria do sistema de transportes e de comunicações, por meio da ferrovia costa a costa e do telégrafo, ampliou sobremaneira o comércio, a produção e o consumo de bens (CHANDLER JÚNIOR, 1962).

O "fordismo" caracterizava, no padrão americano, o que se convencionou chamar produção em série. A estratégia conduziu ao barateamento de um produto idêntico e estandardizado proveniente das enormes plantas industriais modernas. No entanto, não foi Henry Ford o grande formulador da característica essencial do padrão industrial com sua concepção de produção em série conhecida como fordismo. Seria o "sloanismo" da General Motors que criaria a estratégia vitoriosa de mercados novos, oferecendo diversidade à produção em massa para generalizar o consumo, fazendo-o consumo de massa e, com isso, atingindo enormes segmentos sociais até então não incorporados à sociedade de consumo.

Essa foi a estratégia de venda das grandes corporações, lastreada na organização do crédito ao consumo (MEDEIROS, 1992).

A produção em série revolucionou a organização das empresas, revolução esta representada pela adoção da gerência científica de corte taylorista e que visava aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes no controle do trabalho nas grandes empresas capitalistas. Até mesmo o trabalho intelectual foi submetido e incorporado à revolução científica, que fez da tecnologia a nova forma de competição das grandes corporações na busca de mercados via diferenciação de produtos. A ciência não mais estaria sistematicamente à frente das artes industriais, mas passou a ser realizada sob seus auspícios, ficando subordinada às estratégias de competição (BRAVERMAN, 1977).

O século XX, no plano da comunicação, representou um excepcional avanço nas técnicas de reprodução, que não só passaram a reproduzir as obras, como também se impuseram como formas originais de arte. O cinema adquiriu uma significação social de liquidação do elemento tradicional na herança cultural. A massa é uma matriz de onde brota, atualmente, todo um conjunto de novas atitudes em face da obra de arte. A quantidade tornou-se qualidade (BENJAMIN, 1990).

Os industriais, forçados a procurar produtos aperfeiçoados, tendem a valorizar o tempo, a fim de que possam tirar proveito das realizações da técnica. A rápida e constante obsolescência de artigos de uso comum produz a quebra no apreço pelos bens materiais e não tarda a produzir igual efeito nos bens intelectuais, levando à rapidez nas revalorizações filosóficas e artísticas e às mudanças da moda (HAUSER, 1982). Como o desenvolvimento tecnológico desempenhou um papel básico na constituição do capitalismo, assim também no campo da comunicação de massas foi decisivo o desenvolvimento nos processos de comunicação. A comunicação deixa de ser basicamente verbal, escrita ou literária, para se tornar multidirecional e verbo-voco-visual (LIMA, 1990).

A comunicação está tecnicamente organizada e economicamente formulada como uma grande indústria, onde grupos empresariais dominam o processo de produção e distribuição (MORIN, 1969). A informação não é mais instrumento, mas o principal

dos bens. A indústria pesada da comunicação detém os meios de produção e os meios de informação, de maneira que pode controlar os meios de produção em geral, mudando a significação do problema da alienação. Diante de uma rede de comunicação que abraça o universo, cada cidadão do mundo é membro de um novo proletariado (ECO, 1984). O capitalismo monopolista das grandes cidades, produzidas pela urbanização crescente, não representou somente a universalização da mercadoria, mas também criou o mercado universal por meio da comunicação.

A elite moderna tem à disposição instrumentos ímpares de manipulação, como a educação universal compulsória e os meios de comunicação de massa. O indivíduo não confia na sua experiência, até que ela seja confirmada pelos veículos de comunicação, que são elementos fundamentais da sociedade de massa, à medida que padronizam comportamento e consumo (MILLS, 1968). O homem moderno, longe do isolamento de seu ancestral feudal, mora em grandes cidades e fala com o mundo. De aldeão rural a cidadão das metrópoles, o homem tornou-se senhor do mundo, mas, paradoxalmente, vivendo em multidões, é um homem só, fala à distância e é mudo em relação a seus vizinhos. Como escreveu Wright Mills, "a vida numa sociedade de massas cria a insegurança e estimula a impotência, torna os homens constrangidos e vagamente ansiosos, isola o indivíduo do grupo sólido, destrói padrões de grupos firmes. Agindo sem objetivos, o homem na massa sente-se apenas desarvorado".

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: REVOLUÇÃO DA MECATRÔNICA, PÓS-MODERNIDADE E A BUSCA DO ELO PERDIDO**

A década de 70 do século XX representaria o esgotamento do padrão industrial americano calçado na mecânica e na química. Ao mesmo tempo, ocorre a gestação de um novo padrão industrial, onde a indústria mecânica tradicional é solapada por um conjunto de inovações inerentes à penetração da informatização em um amplo conjunto de processos industriais e de serviços. O complexo eletrônico surge como núcleo emanador de dinamismo, substituindo o complexo automotriz do padrão anterior;

tem-se na mecatrônica, portanto, a principal nova indústria (COUTINHO, 1992).

As transformações produtivas atuais estão mudando o padrão "fordista" de produção em série à medida que permitem compatibilizá-lo com a diferenciação de produtos e a personalização da mercadoria. Nesse sentido, tem-se a radicalização do "sloanismo" que suplantou a estandardização fordista. No processo de trabalho, a visão taylorista de mão-de-obra desqualificada, adestrada para um conjunto de procedimentos repetitivos, é substituída pelo "toyotismo", que exige a cooperação do trabalho e se baseia em operários qualificados com elevada percepção do todo sobre o chão de fábrica, produzindo em tempo real e eliminando desperdícios na customização da produção (COUTINHO, 1992). A mão-de-obra barata e a abundância dos recursos naturais já não são essenciais ao desenvolvimento capitalista.

Nesse processo, o homem precisa ter cada vez mais uma visão de mundo associada a uma postura de rompimento com o individualismo. Isso porque o processo de trabalho exige o avanço na cooperação entre operários no chão de fábrica e a ruptura do clássico conflito empresa/empregado, num paradigma tecnológico onde a experiência acumulada pelos trabalhadores e a integração entre eles para uma ação harmoniosa, de forma a reduzir perdas e a otimizar processos, se tornam a base da competitividade. Crescentemente, não há mais lugar para o operário executor de tarefas repetitivas, mas para o trabalhador multiespecializado.

A valorização do microcosmo em cada célula de produção, e sua inserção no todo, recoloca o coletivo, o que representa uma limitação ao individualismo, ao resgatar o homem social e político, com a universalização das interações entre pessoas. Como isso se dá num círculo de pequenos grupos, cuja interação entre os membros deve ser ampliada, coloca-se um novo paradigma para a reconversão comunitária dos meios de comunicação de massa, sem que com isso se perca a universalidade. Nem todo o tempo de trabalho será dispendido na produção, que também não comportará a mesma massa de trabalhadores, abrindo, assim, espaço para atividades que tornem produtivos o "tempo ocioso" e os "trabalhadores ociosos".

A indústria pós-moderna trouxe à tona a

universalidade do processo de acumulação capitalista, à medida que está sendo gerada num processo extremamente instável, cuja capacidade de regulação transcende aos limites dos Estados Nacionais, exigindo a coesão de propósitos das principais nações capitalistas através de bancos centrais. O sistema financeiro internacional construiu uma portentosa estrutura macrofinanceira, cujo desdobramento é um conspícuo processo de financeirização da riqueza que não só cria o capital sem pátria, como também o transforma em capital geral, isto é, denominador universal da riqueza, que suprime a atualidade de classificações como financeiro, agrário e industrial (BRAGA, 1991).

A pós-modernidade recoloca a questão do progresso noutros termos, pois, como havia escrito MARCUSE (1979), "progresso não é um termo neutro, encaminha-se para fins específicos, e esses fins são definidos pela possibilidade de melhorar a condição humana. A sociedade industrial desenvolvida aproxima-se da fase em que o progresso contínuo exigiria a subversão radical da direção e organização do progresso predominantes. Essa fase seria atingida quando a produção material (incluindo os serviços necessários) se tornasse automatizada, a ponto de todas as necessidades vitais poderem ser atendidas enquanto o tempo de trabalho necessário fosse reduzido a um tempo marginal". As crises de transição, contudo, produzem os elementos de novas sociedades, resgatando elos perdidos do passado e redefinindo-os à luz da história.

#### LITERATURA CITADA

- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutividade. In: LIMA, Luiz C. **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. p.209-242.
- BRAGA, José C. **A financeirização da riqueza: a macro-estrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais**. São Paulo, IESP/FUNDAP, 1991. (Textos para Discussão, 6).

- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- CHANDLER JÚNIOR, Alfredo R. **Strategy and structure: chapters in the history of american industrial enterprises.** Cambridge, M.I.T., 1962.
- COUTINHO, Luciano G. A terceira revolução industrial e a tecnologia: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**, Campinas, (1):69-89, 1992.
- ECO, Humberto. **Viagem na irrealdade cotidiana.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- FISHER, Ernest. **A necessidade da arte.** Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- FROMM, Erich. **O medo à liberdade.** Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Psicanálise da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da arte.** São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- HOBBSBAWN, Eric. A crise geral da economia europeia no século XVII. In: SANTIAGO, Theo A. **Capitalismo: transição.** Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1975. p.81-126.
- HOBSON, John. **A evolução do capitalismo moderno.** São Paulo, Abril Cultural, 1983. 367p. (Os Economistas).
- LIMA, Luiz C. Comunicação e cultura de massa. In: \_\_\_\_\_. **Teoria da cultura de massa.** - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. p.13-70.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional.** Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MARX, Karl. **O capital.** São Paulo, Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).
- MEDEIROS, C. A. **Padrões de industrialização e ajustes estruturais: um estudo comparativo dos regimes salariais em capitalismo tardios.** Campinas, UNICAMP/IE, 1992. (Tese de Doutorado).
- MILLS, C. Wright. **A elite do poder.** Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX.** São Paulo, Forense, 1969.
- OLIVEIRA, Carlos A. B. **O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado.** Campinas, UNICAMP/IE, 1985. (Tese de Doutorado).
- PARAIN, Charles. A evolução do sistema feudal europeu. In: SANTIAGO, Theo A. **Capitalismo: transição.** Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1975. p.19-34.
- PIRENNE, Henri. **História social e econômica da idade média.** São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro, Campos, 1980.
- SANTOS, Theotônio. **Revolução técnico-científica e acumulação de capital.** São Paulo, Vozes, 1987.
- TREVOR-ROPER, H.R. A crise geral do século XVII. In: SANTIAGO, Theo A. **Capitalismo: transição.** Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1975. p.127-158.
- VILAR, Pierre. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1975. p.35-48.
- WEBER, Max. **História geral da economia.** São Paulo, Mestre Jou, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Ciência e política.** São Paulo, Cultrix, 1970. 124p.